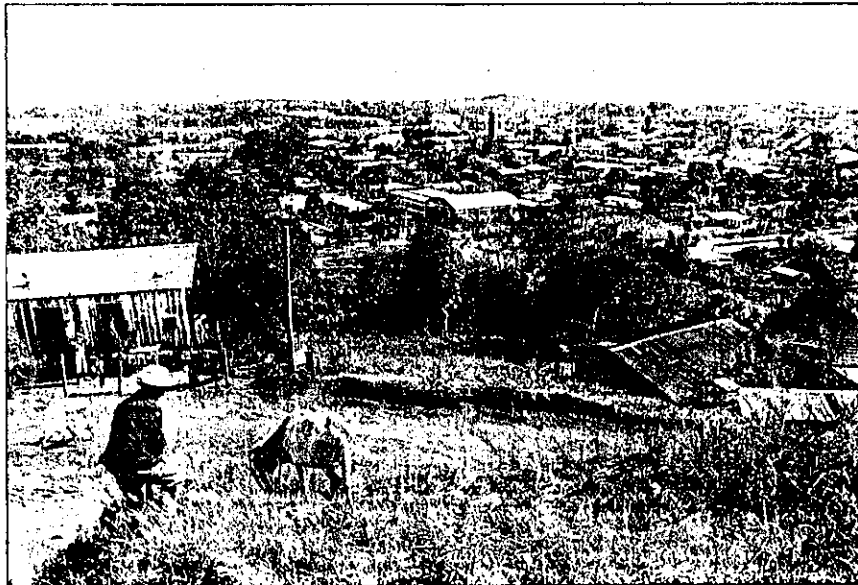


ECONOMIA

152
114
448

12

Fotos Silvio Avila/ZH



Planalto: uma colônia inteira e parte da zona urbana estão sendo reivindicadas pelos caingangues

PARQUE FLORESTAL DE NONOAI (Final)

Os brancos têm medo. Suas casas podem ficar para os índios



Na área reivindicada pelos caingangues, vivem e trabalham 15 mil pessoas. São bairros inteiros que Planalto e Nonoai temem perder nos tribunais

CARLOS WAGNER
Enviado Especial/ZH

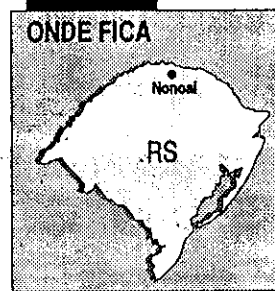
O que parecia ser coisa de filme de televisão virou realidade nas cidades de Planalto e Nonoai. Os índios querem de volta as terras onde parte destas cidades foram erguidas, e também uma vasta área rural destes municípios. Ao todo, eles estão reclamando na Justiça Federal de Passo Fundo 5.070 hectares, que pertenciam a uma área de 25.070 hectares que o Governo do Estado tomou posse em 1945. Nesta área, foi criado o Parque Florestal Estadual de Nonoai, que também está sendo reclamado pelos índios, e partes das duas cidades.

Eles estão tentando reaver suas terras através da Justiça Federal. No mês passado, o procurador da Fundação Nacional do Índio (Funai), Derli Fiuza, entrou na Justiça Federal de Passo Fundo requerendo os 25.070 hectares. Esta área foi tirada da Reserva Indígena de Nonoai, que ficou reduzida a 14.910 hectares onde vivem de maneira miserável 2.600 caingangues. O Governo do Estado se apossou da área nos tempos em que administrava as reservas. Na parte da cidade de Nonoai e Planalto reivindicada pelos índios vivem 15 mil pessoas. Eles ocuparam esta área ilegalmente nos anos 50, quando per-

tencia ao Parque. Em 1962, o então governador do Estado, Leonel Brizola, do antigo PTB, legalizou a posse deste pessoal.

Hoje uma boa parte vive em pânico. Na ocasião que o procurador da Funai entrou na Justiça, as rádios e televisões da região fizeram um enorme alarido. E a questão passou a ser tratada por muitos como se já estivesse decidida a posse dos índios. "O que ainda não está", assegurou o procurador-geral adjunto do Estado do Rio Grande do Sul, Carlos do Amaral Terres.

GEOGRAFIA — O problema maior está com os moradores de Planalto, uma pequena cidade agrícola de 25 mil habitantes, a 433 quilômetros ao norte de Porto Alegre. A área exigida pelos índios pega toda a colônia chamada de Quarta Seção e dois quarteirões na parte urbana da cidade. Os interesses dos moradores atingidos estão sendo defendidos pelo advogado Arnildo Zanatta, de Nonoai. Ele diz que tem nas mãos uma causa difícil e muito complicada, porque envolve o patrimônio de muita gente. "Estamos juntando documentos para provar que temos direito à área. Há muita gente que já estava neste lugar antes dos índios se estabelecerem por aqui", argumenta. Embora a reserva indígena só tenha sido oficial-



lizada em 1911, os caingangues já andavam por lá há muito tempo.

A prefeitura de Planalto instalou uma espécie de plantão para explicar à população atingida o que está acontecendo. "Não queremos desrespeitar os direitos dos bugres. Mas é impossível entregar para eles uma parte da cidade e as propriedades rurais", afirmou o prefeito em exercício Thomaz Cipriano Odorci (PDS).

O valor dos equipamentos públicos e prédios que existem hoje na área de Planalto requerida pelos caingangues é enorme. Recentemente a Sadia — empresa do setor de alimentação — começou a investir em aviários. "Instalamos aqui 18 aviários que irão produzir 35 mil frangos a cada 45 dias", disse o inspetor de qualidade da Sadia, Milton Rosa. E acrescentou "é bom o pessoal daqui tomar cuidado com estes bugres, porque quando eles querem um coisa conseguem, têm muita força entre os políticos".

VIDE-VERSO

Colonos começam a procurar advogados

O colono Geraldo Kovalski só acredita que os índios estavam mesmo falando sério e compeirante Eloi Segal. Ele diz que os índios são um bando de preguiçosos. "Eles já têm 14 mil hectares, e não produzem nada. Eu, com os meus 25 hectares, tenho mais produção que eles. Para quem eles querem mais terra?", perguntou mostrando indignação com a situação. Segundo o prefeito em exercício de Planalto, esta colônia é a área mais produtiva do Município. As terras são planas, o que possibilita a mecanização das roças. O restante é terreno na área rural da cidade que só permite trabalhar com junta de bois.

As terras de Kovalski ficam bem próximas ao Parque Florestal. Ele diz que investiu tudo que ganhou até agora na compra de equipamentos e melhorias da sua roça. "Entendo que os índios têm direito à terra deles. Mas, eu não posso deixar tudo que construí com sacrifício para eles, arrumar a mala e sair pelo mundo", lamentou-se. Kovalski é um dos camponeses que estão olhando esta questão de sangue doce ainda. Um tipo de pessoa que está se tornando raro nesta colônia.

O tipo de pessoa mais comum nesta colônia são os "cabeças quentes", como o colono e compeirante Eloi Segal. Ele diz que os índios são um bando de preguiçosos. "Eles já têm 14 mil hectares, e não produzem nada. Eu, com os meus 25 hectares, tenho mais produção que eles. Para quem eles querem mais terra?", perguntou mostrando indignação com a situação. Segundo o prefeito em exercício de Planalto, esta colônia é a área mais produtiva do Município. As terras são planas, o que possibilita a mecanização das roças. O restante é terreno na área rural da cidade que só permite trabalhar com junta de bois.

PESSOAL DA CIDADE — Metade do dinheiro que circula em Planalto vem da agricultura. A outra do garimpo de pedras preciosas. Se a Quarta Seção deixar de produzir, pelo menos um terço do dinheiro em circulação na cidade vai desaparecer. "Isto não podemos deixar acontecer. Afinal das contas a região que produz pedras preciosas já anda com movimento emancipacionistas. Se isto acontecer, e a os índios ganharem na Justiça a Quarta Seção, podemos fechar as portas de Planalto, porque não

teremos mais de onde tirar dinheiro", reclamou o comerciante Hélio Molinari.

Molinari não está exagerando. O secretário geral da administração de Planalto, Luiz Scaravonato, diz que o abalo na economia municipal seria imenso, se os índios ganhassem a área. A sua preocupação é com os dois quarteirões da cidade que os índios estão reivindicando: "Dentro desta área esta até a agência do Banco do Brasil. Nós ainda não temos uma idéia do prejuízo. Mas a conta vai longe. Estamos acreditando que poderemos negociar esta situação". O assunto já foi discutido na Associação dos Municípios da Zona da Produção (Amzop), segundo Scaravonato. "Eu jamais darei o que construímos para os índios", fala Elizete Tomasini. Pedro e Ivondina Vieira que possuem uma casinha nos arredores de Planalto também estão temerosos com a possibilidade de perder tudo para os índios. Dorival de Oliveira, que tem uma casa em uma vila popular erguida há pouco, disse que perdeu o sono desde que viu na televisão que os índios estavam requerendo as suas terras. Ele não é o único a perder o sono em Planalto.

Uma história de ódio e muitas brigas

Dos moradores de Nonoai, os caingangues estão reivindicando a posse de uns 2.500 hectares. Esta gleba começa na parte rural da cidade e vai até a periferia do centro urbano. Dificilmente esta luta acontecerá só na Justiça Federal. Há muito ódio entre a comunidade indígena e uma boa parte dos moradores da cidade. Em 1978 os indígenas expulsaram 1.500 famílias que eram intrusas nas suas áreas.

Esta expulsão de colonos baixou em 50% a produção de grãos da cidade, que tem toda a sua economia dependente da agricultura. O resultado foi a criação de um enorme problema social. "Até hoje esta nos sofrendo as consequências deste problema", recordou o prefeito da cidade, Adonis Luiz de Barros (PDT).

Há dois anos aconteceu um outro problema entre as comunidades indígenas e dos brancos. O vice cacique Darci Camilo foi tocado e morto com um tiro na cabeça. Na ocasião ele trabalhava com um grupo de técnicos da Funai na pesquisa de informações para montar o processo judicial para pedir as áreas indígenas tomadas de volta pelo Governo do Estado. Até hoje não foram encontrados os criminosos. Nas investigações policiais a questão da terra foi apontada como um dos prováveis motivos do crime. O cacique da tribo, José Orleão do Nascimento, o *Zé Lopes*, sempre lembra este fato.

A luta pela terra dos caingangues em Nonoai tem como figura principal a Granja Dall'asta, que originalmente tinha em torno de 2.500 hectares, e foi sendo dividida com o tempo. Hoje nesta área há uma parte da zona urbana da cidade, inclusive o galpão do CIG, e várias empresas do setor de grãos. Restou desta propriedade em torno de 1.200 hectares, que fazem divisa com área indígena.

INTERESSES — Não passa uma semana sem um boato na região de que os índios iriam ocupar a Granja Dall'asta. "Isto não perturba", reclama Ademar Dall'asta. Ele diz que tem toda a documentação da área, comprada há 12 anos de Sertilio Sartoretto, que diz ter adquirido a gleba de um descendente do primeiro proprietário, um tropeiro que ele não recorda o nome. Mas garante que chegou lá antes da reserva ser oficializada em 1911. Segundo Dall'asta, a confusão toda começou há uns seis anos, quando ele e outros pesquisadores da Funai e fizeram um mapa da reserva indígena colocando a sua propriedade dentro dela.

O advogado de Dall'asta é Arnildo Zanatta, que também representa mais 160 agricultores de Nonoai e Planalto que serão atingidos. Ele está otimista com as chances de ganhar a causa. O prefeito Barros também tem fé. A exemplo do seu colega de Planalto ele tem certeza de que as coisas se resolverão de maneira pacífica. "Os técnicos da Funai deverão negociar", acredita. Ele está se movimentando muito para não permitir que os ânimos entre os índios e a comunidade acentuem-se mais. Sabe que a expulsão dos colonos da reserva em 1978 deixou muita mágoa, porque muitos tinham parentes.



Desespero: os índios e suas crianças vivem atualmente em condições miseráveis na reserva

Agricultores estão dispostos a resistir

Dificilmente os caingangues vão ganhar na Justiça toda a área que reivindicam. Também é difícil que os atuais donos destas glebas continuem com as mesmas extensões de áreas. "Temos os nossos direitos. Como os brancos irão fazer é problema deles", repete o cacique *Zé Lopes* em todos os encontros de caciques que participa para tratar da questão das terras tomadas pelo Governo do Estado nos anos 60. "Estes bugres já têm terra que chegue. Eu quero ver eles nos tirarem daqui", afirmou o colono Paulo Bonet, de Nonoai.

Esta radicalização é própria do momento, acreditam os advogados Arnildo Zanatta, que representa os interesses dos colonos, e Darli Fiuzza, procurador da Funai. Um problema semelhante está sendo resolvido com um acordo em Iral. Lá os índios estão reivindicando na Justiça Federal 200 hectares, que eram uma reserva nos tempos antigos, extinta nos anos 60. Atualmente nesta área há um parque, uma colonização e o aeroporto. Segundo Fiuzza, as autoridades municipais estão propondo uma acordo, oferecendo outra área.

No caso de Nonoai, o maior interesse dos índios é pelo Parque Florestal. O prefeito de Nonoai, Adonis Luiz de Bar-

ros, tem uma proposta: "Poderíamos montar uma espécie de sociedade entre brancos e índios para administrar o Parque". Dificilmente esta proposta vai ser aceita pelas lideranças indígenas, preveniu o índio José da Silveira.

Há dois pontos que dificilmente os índios negociarão: a posse do Parque Florestal e da Granja Dall'asta. Isto o próprio cacique tem afirmado. No meio desta briga estão os ecologistas, que têm interesse em defender a preservação do Parque Florestal e o direito à terra dos índios. Mas sabem que se entregarem o Parque aos indígenas no atual estágio de desagregação cultural da tribo em pouco tempo estará tudo destruído.

DIREITO — Os ecologistas poderão ser importantes na negociação entre os técnicos da Funai e o Governo do Estado e colonos que ocupam as áreas indígenas. Hoje os índios perambulam pelas áreas urbanas de Nonoai e Planalto que estão reivindicando. Vestindo roupas pulidas eles caminham rápido à frente de suas mulheres e filhos rumo ao comércio destas cidades. O índio João Oliveira e sua mulher Maria gostam de ficar horas e horas sentados na principal

praça de Nonoai. Ele fuma um cigarro balheiro e arregala os olhos para os barulhentos carros que cruzam as ruas. Diz que nunca imaginou ser dono de uma parte da cidade de Nonoai ou de Planalto. "Cidade é coisa para branco", afirma, com a concordância da sua mulher.

A índia Maria é atraída pelas roupas usadas pelas brancas. Ela é de pouca conversa. O índio Miguel Salles resolveu seguir o exemplo dos brancos. Abriu uma tendinha que vende frutas na beira da estrada Planalto a Nonoai. Enquanto aguarda os fregueses toca músicas caipiras em um violão, reclama muito da falta de dinheiro e ajuda governamental. As preocupações de Salles restringem-se às suas dificuldades diárias. A luta pela terra que a tribo está desenvolvendo não chega a lhe tirar o sono. Ele é considerado pelos seus amigos como um artista, uma pessoa que gosta de cantar coisas que não lembram o sofrimento diário. Valdir Pereira, um índio velho de conversa mansa, acha que os brancos já têm coisas demais. "Precisam repartir um pouco com os índios", afirma. Lembra que a terra era deles. "Portanto eles têm que devolver. Não é esta a lei do branco, proibir pegar coisa alheia?"